

## Da crítica ao bacharel à construção do autoritarismo

Ricardo Luiz de Souza

[ricl@pucminas.br](mailto:ricl@pucminas.br)

Professor da UNIPAC e PUC - MG

Mestrando em Sociologia na UFMG

### RESUMO

O texto busca analisar a inserção do bacharel na estrutura sócio-política brasileira e avaliar seu papel político para, a partir daí, avaliar a dimensão cultural do bacharel tomado enquanto realidade histórica e enquanto símbolo. Visa, então, a partir desta análise, descrever como se deu a crítica ao bacharel em suas diversas etapas até os anos 30, e visa, também, demonstrar como este anti-bacharelismo foi um elemento fundamental na construção da ideologia autoritária.

### PALAVRAS-CHAVE

BACHAREL- EDUCAÇÃO- AUTORITARISMO- CULTURA

Desde seu descobrimento o Brasil conta com a presença de bacharéis e Pero Lopes de Sousa anota, em seu diário de navegação, a 12 de agosto de 1531, ter recolhido em seu navio um bacharel que, há trinta anos, estava degredado em terra: o bacharel de Cananéia ( Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa:1530-1532, 1940:210 ). Este bacharel- figura histórica transformada em mito- iria tornar-se o representante simbólico da cultura europeia perdida nos trópicos e receber a irônica visita de Macunaíma.

Além de simbolismos, contudo, o bacharel já teria um papel a representar no período colonial e, neste período, o antibacharelismo também está presente. Azevedo registra a existência, em 1609, de *muitos letrados bacharéis* e já naquela época afirmava-se haver *tanto trocar, tanto mentir e tanta trapaça, que as novas delas não fazem si não acarretar bacharéis à pobre província* ( Azevedo, 1955:160 ). Garcia também menciona este trecho, pertencente ao Livro que Dá Razão do Estado do Brasil, escrito por Diogo de Campos Moreno, em 1623, e define-o como a *primeira queixa que aparece no Brasil contra o bacharelismo*, mencionando ainda a *demia de advogados, doutores e rúbulas...que não tratavam de nada mais do que de encherem-se à custa das partes, segundo o testemunho dos cronistas* ( Garcia, 1956:85 ). E, ainda neste livro, vemos: *em lugar de fazendas e trabalhadores, multiplica-se a terra em licenciados, escrivães, meirinhos, solicitadores, clérigos e frades* ( Inácio & Luca, 1993:89 ). Não era ainda, contudo, uma crítica formulada por intelectuais e, sim, um sentimento popular referente à atuação prática dos advogados. Para Schwartz *embora fossem comuns as reclamações contra os tabeliães, para os colonizadores os verdadeiros vilões eram os advogados* ( Schwartz, 1979:120 ).

Os bacharéis eram vistos pela população como representantes da Coroa, mas, para esta, eles eram ora aliados a serem agraciados, ora uma categoria a ser encarada com profunda desconfiança: uma situação ambígua, como ambígua continuaria a ser a inserção do bacharel na sociedade brasileira. Desta forma, aos magistrados eram concedidos, pela Coroa, durante a Colônia, hábitos na Ordem de Cristo e títulos de fidalguia ( Schwartz, 1979:241 ), mas Simonsen lembra ser *expressamente vedada a entrada de advogados profissionais nas regiões mineradoras, nas quais nem mesmo podiam habitar os bacharéis formados* ( Simonsen, 1944:vol.II.79 ).

O bacharel era um representante nato das elites- sempre o foi, durante todo o período em questão- mas era uma elite pouco disposta a nativismos; uma elite importada na qual veleidades de rebeldia eram exceção. Era uma carreira da qual brasileiros, durante a Colônia, estavam majoritariamente excluídos, e Taunay lembra que *rarissimos foram os paulistas que exerceram cargos de magistratura no século XVII, ou no professorado superior portugues* ( Taunay, 1931:181 ). Os bacharéis coloniais foram, em suma, fiéis servidores da Coroa e integraram-se, sem maiores conflitos, à mentalidade dominante, na qual a Igreja desempenhou papel central. Não houve, entre nós, nenhum antagonismo entre os bacharéis formados em uma Coimbra recém egressa de uma reforma de cunho iluminista e a influência católica: todos eles mantiveram-se, pelo menos formalmente, bons filhos da Igreja ( Carrato, 1968:83 ). Tomando-se Minas como exemplo, vemos que ali, no século XVIII, os filhos das elites eram enviados para Coimbra, mas não rompiam a tradição religiosa predominante e, alguns, ingressavam mesmo em irmandades, como a Irmandade do Rosário ( Scarano, 1975:138 ).

O fato da maioria dos membros das elites serem provenientes de Coimbra gerou, por sua vez, uma homogeneidade que tendeu ao conservadorismo. Como ressalta Carvalho *O preço da homogeneidade da elite brasileira foi uma distribuição muito mais elitista da educação e a menor difusão de idéias que os homens da época consideravam perigosas* ( Carvalho, 1981:58 ).

Os bacharéis brasileiros estudavam, obrigatoriamente, em Coimbra e o número de estudantes brasileiros, ali, chegou a 1752 no século XVIII e a 339 entre 1781 e 1822 ( Venâncio Filho, 1982:8 ). Estudar em Coimbra e formar-se como bacharel não significava necessariamente, contudo, exercer a profissão. O formar-se bacharel valia pelo título em si e não pelo trabalho a ser desempenhado; este podia ser outro e registrou-se a existência, no período colonial, de advogados que foram, concomitantemente, sacerdotes, senhores de engenho, comerciantes ou militares ( Salvador, 1976: 221 ).

A integração das elites intelectuais na sociedade não foi, entretanto um processo idílico e não se deu sem tensões. Freyre acentua o descompasso entre o bacharel europeizado formado em Coimbra e a cinzenta realidade local ( Freyre, 1977:vol.II.577 ) e a fuga para uma natureza idealizada efetuada pelos árcades mineiros- bacharéis como Cláudio Manoel e Tomás Gonzaga- foi uma tentativa de solucionar tal descompasso. As elites coloniais educadas em Coimbra eram, ainda hostilizadas e depreciadas pelas elites lusitanas, quer devido às suas origens rurais, quer pelo simples fato de serem mazombos de origens raciais suspeitas ( Lima, 1972:80 ). Foi neste contexto que seus membros sentiram necessidade de buscar vôo próprio e o pedido para a criação de cursos jurídicos no Brasil partiu de estudantes brasileiros em Coimbra ( Venâncio Filho, 1976/1980:18 ).

A própria atitude perante o bacharel diferia consideravelmente no Brasil e em Portugal. Inverteu-se, aqui, a situação imperante, em Portugal, pelo menos até início do século XIX, tal como descrita, em seu *Correio Brasiliense*, por Hipólito da Costa, para quem *Em Portugal julgam os fidalgos titulares, que lhes é ignominioso mandar seus filhos primogênitos à Universidade de Coimbra; de maneira que não há fidalgo algum titular, que tenha graus académicos, senão os que receberam sendo filhos segundos e que adquiriram os títulos depois* ( Sobrinho, 1977:50 ). E em contexto bastante diferente, registra-se, aliás, a mesma mentalidade. Convidados a contribuir financeiramente com uma universidade, industriais alemães da segunda metade do século XIX recusaram-se, alegando que *Os eminentes industriais locais não tiveram uma alta educação académica e não iriam dar coisa semelhante a seus filhos* ( Hobsbawm, 1977:63 ). Em Portugal, temos uma elite estamental que busca derivar seu status de seus próprios títulos de nobreza, julgando contrário à sua honra um caminho que privilegia o conhecimento ao invés da condição de nascimento. Já na Alemanha os industriais derivam seu status de sua própria atividade econômica e- a partir de outras motivações, e em outro contexto social- também recusam validar a ascensão através do conhecimento.

Registra-se, o contrário no Brasil e, em 1822, o futuro Visconde do Uruguai iria matricular-se em Coimbra e tirar a carta de bacharel por ser esta *credencial indispensável a um rapaz para almejar qualquer posição futura* ( Sousa, 1944:31 ). Assim, um filho das elites que não mostra gosto para o Direito torna-se motivo de preocupação, como lemos neste trecho de Iaiá Garcia: *Jorge está formado, mas não tem queda para a profissão de advogado nem para a de juiz. Goza, por enquanto a vida; mas os dias passam e a ociosidade faz-se natureza com o tempo. Eu quisera dar-lhe um nome ilustre* ( Assis, 1959:305 ). E visitando a Faculdade de Direito em 1883, Koseritz define-a como *viveiro deste bacharelismo que tem dominado o Brasil desde e Independência e completa: o diploma de bacharel em Direito ( o doutorado é feito apenas pelos que desejam seguir a carreira do ensino superior ) é hoje a chave para todas as posições da vida pública e o único que serve completamente para a carreira política* ( Koseritz, 1972:254 ).

E mesmo no Brasil, a ascensão via bacharelato, embora reconhecida e desejada nem sempre era aceita pacificamente e, muitas vezes, era vista com estranheza e ressentimento pelos membros das próprias elites que a buscavam. Desta forma, Spix e Martius também acentuam o envio dos filhos de senhores de engenho para Coimbra, mas ressaltam: *Se os pais e educadores dessa mocidade muitas vezes demonstram menosprezo, mesmo receio, por uma instrução muito apurada, não é de estranhar a deficiência de conhecimentos úteis dos filhos* ( Spix & Martius, 1938:vol.II.294 ).

Levou-se adiante, de qualquer forma, o propósito de criação de faculdades de Direito. O Rio de Janeiro, sede natural, foi recusado e os motivos alegados para a instalação de faculdades na Corte foram *A insalubridade, o calor excessivo que enfraquece o espírito e o excesso de diversões capazes de desviar este espírito do caminho das luzes* ( Criação dos Cursos Jurídicos no Brasil, 1977:78 ). Já Pereira de Vasconcelos, ao posicionar-se contra a instalação de cursos jurídicos em cidades do interior do país, aludindo ironicamente às *sciencias do sertão* ( Sousa, 1937:46 ) faz um contraponto à tendência dominante e, afinal prevalecente. Entre o caminho das luzes e as ciências do sertão, porém, há um ponto em comum: a constatação de ser a criação destas faculdades um instrumento de esclarecimento e difusão de conhecimentos e, décadas mais tarde, no decreto Num.68, de 16 de agosto de 1851, lemos ser função destas faculdades proceder à *difusão das luzes* ( Mattos, 1994:165 ). Critica-se sua instalação na Corte por ser seu ambiente mundano incompatível com a austeridade intelectual e critica-se sua instalação fora da Corte por ser ela o contraponto ao interior hostil ao conhecimento. Mas é um debate que não diverge quanto ao principal.

Ao cabo de tudo, a Faculdade de Direito de São Paulo foi criada em 1828, funcionando no Convento de S. Francisco e compartilhando as instalações do convento com os frades ( Arroyo, 1966: 140 ) e o impacto da criação da faculdade sobre a acanhada e provinciana São Paulo do período foi decisivo para seu desenvolvimento. Morse busca descrevê-lo: *Desde que se abriam suas portas, em março de 1828, a Academia de Direito foi por muitos decênios o centro vital da cidade. Atraía alunos e professores de todo o país e de fora. Com estes vieram necessidades e atitudes que iriam lançar o fermento na comunidade introvertida* ( Morse, 1970:83 ). Já Franco chama a São Paulo de meados do século XIX de *burgo de estudantes* e define os estudantes da Faculdade de Direito como os *verdadeiros donos da cidade* ( Franco, 1973:vol.I.14 ). Não foi o pretendido caminho das luzes nem a inauguração das ciências do sertão, mas- além do evidente impacto econômico- criou-se um processo de transformação cultural cujas consequências sobre o posterior desenvolvimento da cidade precisam ainda ser melhor avaliadas.

Situação oposta verificou-se em Olinda, onde foi criada a segunda faculdade e onde viver, nas palavras de um deputado da época, era *verdadeiro ostracismo* e onde as atividades acadêmicas limitavam-se ao âmbito universitário, sem alcançar repercussão local ( Leite,1977:10 ). Ali, o contexto e as consequências foram bastante diferentes.

Anterior à criação da Faculdade de Direito, já funcionava, na cidade, um seminário cujo funcionamento Koster descreve assim: *Bem dirigido e vários dos professores são pessoas de cultura e princípios liberais. É principalmente destinado ao preparo de estudantes para padres seculares da Igreja. Assim eles usam uma batina preta e um barrete, de forma peculiar, mas não é obrigatório que terminem tomando ordens* ( Koster, 1942:66 ). Partiu-se, portanto, de

uma tradição liberal, mas em Olinda predominou, segundo Guerra, uma formação antes técnica que humanística, embasada em compêndios latinos. Para ele *somente depois de 1854, com a transferência do curso para a Vila de Santo Antônio, e sua transformação em Faculdade de Direito do Recife, funcionando como uma academia de ciências sociais e jurídicas, foi que os novos bacharéis foram tomando uma formação diferente, mais humanista que técnica* ( Guerra, 1976/1980:30 )

O direito não era visto bem como uma profissão: foi, antes, um símbolo e é a partir daí que tanto o papel desempenhado pelo bacharel quanto o antibacharelismo devem ser compreendidos. É claro que criou-se uma classe de juristas e Holanda refere-se à nobreza togada responsável pela elaboração, interpretação e aplicação das leis, mas refere-se, também às insígnias aristocráticas em que terminaram por constituir-se o diploma e canudo de bacharel, insígnias que afirmam-se *opostas às artes mecânicas e que visam a libertar quem os exerça ou possa exercê-las, de sujeições degradantes* ( Holanda, 1983:328 ). Desta forma, como acentua Schwarcz :

*O prestígio advinha, no entanto, menos do curso em si, ou da profissão stricto sensu, e mais da carga simbólica e das possibilidades políticas que se apresentavam ao profissional de Direito... Sinônimo de prestígio social, marca de poder político, o bacharel se transformava em uma figura especial em meio a um país interessado em criar elites próprias de pensamento e direção política* ( Scwharcz, 1995:142 ).

A adequada compreensão do papel desempenhado pelo bacharel na sociedade brasileira do período pressupõe, também, que efetuemos uma análise tanto do funcionamento das faculdades de Direito quanto do comportamento de seus estudantes e ambos foram bastante problemáticos. Reclamações quanto a má qualidade do ensino oferecido pela Faculdade de Direito acompanham-na praticamente desde seu nascimento e, já em 1831, um ministro do Império criticava a indiferença quanto à frequência dos alunos e as aprovações imerecidas ( Venâncio Filho, 1982:49 ). A faculdade simplesmente era vista como uma atividade auxiliar por parte de seu quadro docente, dentro de um contexto cultural no qual a atividade pedagógica não era vista como algo a absorver de forma exclusiva a vida produtiva de quem dela se ocupava e onde o bacharel era mais um título que uma profissão. Desta forma, em relação aos professores de Direito, Venâncio Filho ressalta o caráter secundário por eles conferido à atividade pedagógica, na medida em que eles preferiam dedicar-se à atividades políticas e especificamente jurídicas ( Venâncio Filho, 1982:116 ).

E ressalte-se, também, o fato dos estudantes serem, majoritariamente filhos da elite, dotados de forte espírito corporativo e pouco ou nada inclinados a sujeitarem-se a regras que pretendia-se que fossem impessoais, da mesma forma que os encarregados da aplicação destas normas compartilhavam, em última análise, da mesma mentalidade. Com isto, criou-se um hiato entre as normas burocráticas e sua aplicação. O rigor disciplinar imperante na Academia era formalmente considerável, mas vinculações políticas e o próprio status social dos estudantes tendiam a anular tal rigor e a dar a estes estudantes um espírito corporativo que se traduzia, por exemplo, em impunes e violentos trotes impostos aos calouros ( Debes, 1978:36.8 ).

Levine descreve a postura do aluno perante o curso:

*O estilo de vida dos estudantes universitários, reflexo de suas origens patricias, encorajava atributos cavalheirescos- as orgias, o humor, a audácia e o romantismo...virtualmente todo aluno que entrava para a faculdade colava grau. O estudante que se matriculava achava que tinha direito ao diploma. A sociedade brasileira dava mais importância ao anel de formatura que à sapiência adquirida na faculdade* ( Levine, 1980:108 ).

É o comportamento descrito satiricamente, durante o Império, por Lisboa, que descreve o estudante de Direito a levar o curso *Passando-o nos bailes e teatros, ou a cavalgar ginetes, e guiar carros, fiados a crédito, emprestados ou alugados, e realizando quase a magnífica aspiração do bom La Fontaine, que desejava passar a metade do tempo a dormir e a outra metade a fazer coisa nenhuma* ( Lisboa, 1995:131 ).

Já o Padre Lopes Gama descreve em tom sarcástico este processo:

*Mas não obstante tudo isso, está decidido que o bestiaga há de matricular-se no curso jurídico, há de ser senhor bacharel, ainda que tenha tanto jeito para isto como um burro para cantar. Por favores e amizades é aprovado nos preparatórios; por favores e amizades vai saltando os anos acadêmicos, até que no fim de cinco, faz um ato que é um testemunho autêntico e solene da sua miséria. Mas assim mesmo empolga, como por caridade, o pergaminho, que é nesse caso um título de saber dado a quem nada sabe ( Gama, 1996:258 ).*

O estudante não buscava um conhecimento voltado para a atividade profissional e nem isso era exigido dele, no final das contas. Sua futura inserção na sociedade não dependia e, muitas vezes, passava ao largo de sua formação profissional. Estudando, por exemplo, a sociedade de Campinas do segundo quartel do século XIX, e analisando o perfil dos proprietários rurais, Gebara conclui que nove dos fazendeiros eram bacharéis em Direito e, deles, apenas um exercia a profissão de advogado. Os outros eram homens que frequentemente viajavam para o exterior e muitos deles participavam da vida cultural da cidade, quer nos debates através da imprensa, quer atuando nos clubes sociais e artísticos da cidade ( Gebara, 1982:11 ). O estudante sabia, portanto, que bastava-lhe o diploma para garantir sua ascensão social, em uma sociedade onde o conhecimento era antes ornamento que prática e não via sentido em buscar um conhecimento que não lhe seria solicitado. Sabia que suas atitudes românticas seriam plenamente aceitas e o contrário- a dedicação ao estudo voltado para um trabalho futuro- visto como algo estranho e impróprio em uma época onde trabalho e escravidão andavam associados. E seu comportamento pretensamente rebelde e anti-convencional, por fim, de rebelde, não tinha nada: ele apenas jogava o jogo a partir de seu status de filho da elite.

O primeiro diretor da Academia de São Paulo, Tenente-General Arouche, publicou, em 1828, um livro chamado A superioridade das letras sobre as armas, isto é, dos filhos de Minerva sobre os alunos de Marte ( Ferreira Filho, 1976/1980:40 ) No pedantismo e beletrismo do título, reflete-se toda a mentalidade da época, da qual o bacharel é reflexo. Este era visto não como um profissional, mas como um cultor das letras, um filho de Minerva, e daí, não de um conhecimento específico à sua área de conhecimento, derivava sua pretensa superioridade. A mentalidade acadêmica é retratada, ainda, pela produção intelectual dos estudantes. Zaluar enumera, em 1860, os periódicos editados por estudantes de Direito, em São Paulo e, dos 13 citados, não há nenhum estritamente ligado ao Direito, ou à análise da realidade contemporânea, predominando títulos como O lírio, ou Esboços literários ( Zaluar, 1953, 128 ).

A formação cultural do bacharel era, assim, marcada antes por um diletantismo de fundo clássico e literário que pela especialização profissional. O que distinguia o bacharel e servia-lhe como fator de distinção cultural era um certo verniz cultural, normalmente de formato eclético e diletante. Para Mercadante *Humanidades no Caraça, ou em Ouro Preto, davam-lhe um lastro de cultura clássica. Conhecimento das coisas, um conjunto de noções de ciências físicas e naturais, matemática, filosofia e estudos de latim e literatura. Dos idiomas, o francês era sempre conhecido. Mas o que os distinguia era o estudo do vernáculo ( Mercadante, 1973:124 ).*

No bacharel, temos, assim, uma contradição: um indivíduo de formação universitária, mas que, por sua formação eclética termina por revelar-se um autodidata a consumir ecleticamente uma cultura superficial. D. Pedro II simboliza-o, apesar de ser, ele mesmo, um crítico do bacharel: em carta a Gobineau, então residente na Suécia, o próprio Pedro II elogia o povo sueco por estar livre do bacharelismo e critica sua existência no Brasil, definindo-o como *bacharelismo sem largueza intelectual e sem gosto pela atividade livre do espírito ( Lyra, 1939:vol.II.175 ).* Mas referências à erudição de Pedro II acentuam seu caráter bacharelesco. Desta forma, Biard refere-se aos conhecimentos de astronomia de Pedro II, matéria que ensinava às filhas ( Biard, 1945:42 ); Kidder e Fletcher lembram que ele *é desde muito um devotado à ciência da química e o seu laboratório em S. Cristóvão assiste sempre a novas experiências ( Kidder & Fletcher, 1941:vol.I. 270 );* Wolf ressalta que *Pedro II não faz das ciências e das artes pedestal para sua ambição, ama-as por si mesmas e conhece a fundo numerosos ramos ( Wolf, 1955:204 )* e o próprio Pedro II, em sua correspondência com Gobineau, faz referência à uma tradução sua de Homero ( Readers, 1938:vol.II.256 ). Finalmente Leclerc, pouco inclinado a fazer o elogio de

Pedro II, faz o contraponto ao acentuar que *O Imperador era capaz de passar um dia inteiro assistindo aos exames de medicina; apaixonava-se pela nomeação de um professor; e, no entanto, em época de crise, mal consagrava alguns minutos para conversar na plataforma devassada de uma estação com o estadista que seria no dia seguinte seu Primeiro Ministro* ( Leclerc, 1942:139 ).

Franco assinala, contudo, uma transição entre o espírito boêmio e literário dos estudantes de Direito do Império e a geração de estudantes do período da Proclamação e República, concluindo: *No advento da República, os estudantes eram espíritos mais políticos e jurídicos que literários* ( Franco, 1955:vol.I.136 ). E , na virada do século, já se lamenta, em São Paulo, o desaparecimento da vida boêmia ligada aos estudantes ( Bruno, 1954:vol.III:1262 ). Não que tenha ocorrido um processo de especialização profissional, já que os estudantes permaneceram com suas atividades primordialmente voltadas para interesses extra-acadêmicos, mas estes interesses sofreram uma alteração. Soares Jr. aponta a existência de um processo de renovação na Faculdade de Direito nas últimas décadas do século XIX, quando *Voltaram a aparecer jornais e clubes, dominados pelas idéias mais diversas, desde o positivismo até o espiritismo, desde a democracia até o poder autocrático dos papas* ( Soares Júnior, 1958:vol.I.191 )

Seria uma simplificação excessiva, assim, definir os estudantes de Direito como meramente alheios à realidade. Freyre define como característica do comportamento dos alunos de Olinda o que chama de *civismo turbulento*, ou seja, a constante e barulhenta comemoração de datas patrióticas ( Freyre, 1944:64 ), mas seu civismo ia bem além de um mero comportamento ruidoso. O bacharel sabia-se representante da intelectualidade e, como tal considerava-se portador de uma missão e comportava-se de acordo com esta percepção.

Como lembra Borges *Os estudantes e bacharéis da Faculdade de Direito de São Paulo tinham consciência, às vezes exarcebada, de seu papel de agentes catalisadores e mentores da nação* ( Borges, 1998:65 ). É a missão assumida por Gonçalves de Magalhães em sua descrição histórica da Balaiada e, analisando esta obra, Alencastro sintetiza esta tarefa: *Nossa tarefa histórica é civilizar a sociedade para construir a nação por hora inexistente. Esse é o "fardo dos bacharéis", que no Maranhão, ciosos de sua missão e condição, formavam o corpo de voluntários "Pedro II", antes mesmo de o herdeiro ascender a esse título* ( Alencastro, 1989:13 ). E concluo, ainda, com as palavras de Martins: *Na realidade, são eles, os intelectuais, que vão posteriormente atribuir-se, enquanto intelectuais, o papel de demiurgos, de heróis civilizadores da nação ( e não necessariamente de uma sociedade nova )* ( Martins, 1987:74 ). É preciso, contudo, especificar melhor: os bacharéis não eram rebeldes a buscar alterações substanciais em um sistema social do qual eram parte integrante e privilegiada e confundir a atuação de intelectuais como Sívio Romero e Tobias Barreto, bacharéis que foram legítimos representantes do antibacharelismo com a perspectiva comum aos bacharéis leva ao embaralhamento dos papéis.

E não é difícil embaralhar os papéis quando se trata de estudar o bacharel e o intelectual. O bacharel confunde-se com o intelectual e a crítica a ambos é, muitas vezes a mesma. Isto porque falar em estudantes de Direito ou em juristas, em suma, era falar da intelectualidade brasileira: não porque os intelectuais brasileiros fossem necessariamente estudantes ou profissionais de Direito, mas porque os termos confundem-se, em sua função e na crítica recebida. A expressão bacharel, na expressão de seus críticos, pouco distinguia os diversos profissionais de formação universitária, embora visasse, em linhas gerais, o jurista e o advogado e, por bacharel, muitos vezes, entendia-se a intelectualidade nacional em seu sentido mais amplo. E esta confusão derivou do próprio papel desempenhado pelo profissional de Direito na cultura brasileira, um papel que transcendia, em muito, sua atividade profissional específica. Por volta de 1870, os acadêmicos de Direito, segundo Freyre, resumiam o que se entendia por universitários, mantinham uma preocupação intelectual que ia muito além do Direito, alcançando, por exemplo, o Teatro e a Música, e eram a *flor intelectual da mocidade* ( Freyre, 1959:vol.I.107 ).

Esta não especialização e esta formação diletante gerou consequências opostas. Formar-se em faculdades de Direito não levava necessariamente, como vimos, ao exercício da profissão,

mas com isto, seus formandos terminaram por exercer um papel na cultura brasileira bem mais amplo do que seria razoável esperar. As faculdades de Direito forneceram elementos para a administração, a política, as artes, o jornalismo e o magistério e sua atividade confundiu-se, inclusive na perspectiva de seus críticos, com a atividade intelectual tomada em sua expressão mais ampla, mas os bacharéis em Direito que encaminharam-se para estas áreas não tinham nenhuma contribuição específica de sua área para oferecer. Eram elementos *que guardaram, com a ilustração, apenas o título e o anel de rubi no dedo, como sinais de classe e prestígio* ( Azevedo, 1963:288 ). E possuíam um padrão cultural bem sintetizado por Chaves Neto, que define seus conhecimentos, ao terminar o curso de Direito, já nos anos vinte, como *a incultura generalizada dos que, não sendo especialmente estudiosos, saíram da Faculdade de Direito* ( Chaves Neto, 1977:31 ).

Em que pese estas limitações, ocorreu de forma mais ou menos intensa a participação do intelectual no debate sobre a vida nacional. Os debates acadêmicos, mesmo quando tratavam de temas estruturais como a abolição e o republicanismo não colocavam em questão, contudo, o monopólio dos bacharéis em relação aos postos diretivos do Estado, monopólio este que implicava, devido à origem social do bacharel, no predomínio exclusivo das elites sobre a organização estatal ( Adorno, 1988:233 ), e monopólio passível de ser quantificado quando constatamos que, das duzentas e dezenove pessoas que ocuparam cargos ministeriais durante o Império, 67% eram bacharéis em Direito ( Venâncio Filho, 1982:275 ).

Os limites do debate no qual o bacharel participou são, em última instância, os limites de nosso liberalismo, do qual o bacharel ficou como a figura emblemática, para o bem e para o mal. O liberalismo foi, entre nós, na expressão de Adorno, privilégio bacharelesco, de um bacharel que transformou a política em uma atitude ética e civilizatória, mas que não a transformou- e nem poderia, em uma sociedade escravista- em instrumento de democratização da sociedade. Conclui, então, Adorno: *A natureza quase exclusivamente jurídicista do liberalismo brasileiro e as características da vida acadêmica, no século passado, respondem pela formação desses intelectuais, pelo processo particular de profissionalização da política e pelo dilema democrático dessa sociedade* ( Adorno, 1988:75 ).

Estes limites ficam mais claros quando comparamos a atuação política do bacharel e do sacerdote a partir de seus limites. Traçando uma síntese do catolicismo brasileiro, Montenegro alinha o clérigo e o bacharel na mesma postura contraditória. Para ele *Os bacharéis e os clérigos adotam o liberalismo e se alinham na corrente dos interesses feudais. Em vão buscam-se na prática uma conciliação viável. O resultado é a desfiguração de uma atitude política consciente e autônoma, formada por uma concepção do mundo realista e envolvente* ( Montenegro, 1972:59 ). Em que pese a anacrônica menção a interesses feudais, a análise é, em linhas gerais, correta e situa os limites de uma crítica interna ao sistema que- exceção feita, por exemplo, ao liberalismo radical de um Frei Caneca - foi a crítica do bacharel e do sacerdote.

O bacharel representou, portanto, as possibilidades e contradições do liberalismo brasileiro e, por isto mesmo, foi através da crítica ao bacharel que constituiu-se, em boa parte, ao crítica ao liberalismo. Compreender esta crítica é, a meu ver, de fundamental importância tanto para compreender os críticos- entre os quais incluem-se todos os representantes do autoritarismo, embora não só eles- quanto o próprio objeto de estudo, ou seja, o pensamento liberal.

Mesmo um movimento nascido no âmbito da Faculdade de Direito do Recife, como a Escola do Recife, ao buscar renovar o liberalismo jurídicista através da adoção de métodos e vocabulário próprios das Ciências Naturais e através da tentativa de criação de uma mentalidade que se pretendia estritamente científica, terminou por padecer das limitações deste liberalismo. A crítica que se fez foi puramente intelectual e os fundamentos da sociedade não chegaram a ser colocados em questão. Como lembra Nogueira, ao acentuar tais limitações

*As divergências intelectuais davam a vitória aos defensores das idéias do século, mas não permitiram jamais que fosse ofendida a dominação do sistema liberal, apesar de ter a sinomínia de democracia ou república. Corriam muitas águas, que vinham de fontes poderosas*

*e profundas, mas o leito do rio continuava imodificável, mesmo que lavrasse a rebelião das melhores inteligências* ( Nogueira, 1980:31 ).

Para a análise de como se deu o processo de ascensão social do bacharel, sua atuação política e sua inserção na estrutura sócio-econômica do período tomarei como ponto de partida sua origem social. Em 1836, a Faculdade de Direito já contava com seiscentos alunos e- dado fundamental- 80% dos quais oriundos de outras províncias ( Ferreira, 1978:27 ). Eram estudantes provenientes, principalmente do meio rural e filhos das elites rurais que viam, no filho bacharel, o meio mais rápido e eficaz de ascensão social..

Já pelas contas de Bruno, para quem a cidade, de 1828 a 1872 girou, principalmente, em torno da Faculdade de Direito *Dos mil setecentos e setenta e sete bacharéis formados entre 1831 e 1875, apenas vinte e seis por cento eram da província de São Paulo, sendo trinta e três por cento da cidade e da província do Rio de Janeiro, dezenove por cento de Minas, seis por cento do Rio Grande, seis por cento da Bahia e oito e meio por cento de outras províncias* ( Bruno, 1954:vol.II:810 ).

Amaral constata a manutenção deste quadro nos anos 30, ao afirmar que *as pensões baratas constituem largo meio de vida nas nossas cidades universitárias, exatamente porque as populações rurais, e não as metropolitanas, é que fornecem os maiores contingentes às academias. São sobretudo filhos de proprietários rurais que se fazem doutores* ( Amaral, 1939:vol.I. 217 ).

Filhos das elites rurais, os bacharéis foram seus representantes políticos e as contradições, limites e características de sua atuação política derivaram deste processo de representação. Pedia-se aos bacharéis não competência específica, mas atuação política adequada e pontes eram construídas neste sentido. No período da Regência, a transição da academia para a política era direta. Como lembra Pinho *Aqueles novos bacharéis saíam da academia para entrar nas assembleias. Alguns já de Olinda pediam votos para as primeiras eleições* ( Pinho, 1937: 45 ). A abertura da Faculdade de Olinda coincide, por sua vez, com a abertura das Assembleias Provinciais e marca, ainda nas palavras de Pinho, o *início da preponderância dos letrados sobre os mandões, os militares, os ricos, dentro da política provincial* ( Pinho, 1937:555 ). A política imperial bacharelizou-se.

A ascensão do bacharel deveu-se, também, à uma questão de status, em processo assim descrito por Canabrava: *Os lavradores enriquecidos orientavam os filhos para a jurisprudência e a medicina, preferivelmente a primeira, pois um filho “doutor” significava a meta suprema de suas ambições. Multiplicavam-se os bacharéis* ( Canabrava, 1971:130 ). É preciso lembrar, ainda, que um fazendeiro possuidor de um título de ensino secundário ou superior passava a ser definido, quando no Legislativo, já não como fazendeiro, e sim a partir de seu título, frequentemente como bacharel ( Holanda, 1983:285 )

A inexistência de leis exigindo limites para a promoção de advogados, tornando parentes de políticos importantes governadores aos trinta anos facilitou, por fim, a ascensão destas elites e sacramentou o Direito como canal preferencial de ascensão social.

Analisando o processo de Independência e formação política do Império, Oliveira Lima acentua o caráter de compromisso que alicerçou a ascensão do bacharel, ao afirmar que o predomínio político dos bacharéis nasceu de uma delegação de poderes feita por fazendeiros e senhores de engenhos que *Nunca deram mostras de querer aproveitar-se da sua posição e riqueza para com elas formarem a base de uma preponderância política a que só aspiravam muito moderadamente porque sentiam pairar sobre eles a majestade de uma autoridade imperial* ( Lima, 1972:260 ). Os senhores rurais impunham seus interesses através do bacharel, mas reconheciam a predominância do poder moderador e a autonomia da esfera política em relação à estes interesses. O bacharel participava, antes, de um processo de barganha que de domínio de classe.

Seria errôneo, contudo, ver na ascensão do bacharel um fenômeno restrito às elites. O bacharelismo funcionou como um fator de democratização frente à rigidez das elites

estamentais e permitiu a ascensão, através da educação e do mérito, de indivíduos que, de outra forma, não teriam outros meios de progresso social, o que Gilberto Freyre soube perceber ao estudar longamente a ascensão do bacharel e do mulato, analisando-as como um fator antagônico à manutenção da sociedade patriarcal- e a Lei Áurea foi chamada, na época de sua proclamação, de lei dos bacharéis e dos mulatos ( Caldeira Filho, 1974:29 ). Freyre ressalta, ainda, o caráter muitas vezes conflitivo deste progresso e associa a ascensão do bacharel à ascensão do mulato, ambos, às vezes, *outsiders* em relação à ordem patriarcal e ambas as ascensões feitas à revelia dos membros desta ordem, muitas vezes a partir do rapto de suas filhas ( Freyre, 1977:I.129 ). E, mesmo quando tal processo se dava no interior das elites, ele não decorria de forma necessariamente harmoniosa. Segundo Freyre *O bacharel-magistrado, presidente de província, ministro, chefe de polícia seria, na luta de quase morte entre a justiça imperial e a do pater familias rural, o aliado do governo contra o próprio Pai ou o próprio Avô* ( Freyre, 1977: I.18 ). Por outro lado, bacharéis sem vínculos familiares com os senhores rurais integraram-se harmoniosamente a seu esquemas políticos: o bacharel não precisava ser, necessariamente, oriundo das famílias dominantes para formar com elas com elas um vínculo orgânico ( Carone, 1970:155 ).

Não foi, portanto, um processo linear de domínio do aparelho de Estado por representantes de uma camada social. O bacharel foi o representante das elites rurais do qual foi filho, mas fez parte, também de um sistema de governo e o representou, mesmo que contra os interesses da elite da qual fez parte e a própria necessidade das elites em representarem-se politicamente já demonstra o grau de autonomia e estruturação alcançada pela esfera política. A classe política foi recrutada, após a Independência, em suma, entre os membros das famílias de proprietários rurais que sentiram a necessidade de representação na Câmara ( Queiroz, 1976:21 ). Foi uma classe política oriunda do poder exercido pelos proprietários rurais, mas que estabeleceu seu *modus vivendi* em uma estrutura social oposta à estrutura social que lhe dava sustentação.

A ascensão do bacharel simbolizou, então, a transição de um poder político de caráter patriarcal baseado em laços informais e familiares de dominação para um poder baseado em estruturas legais alheias à esfera familiar, embora o bacharel derive seu status de ambas as estruturas, sendo então, uma figura eminentemente de transição. Parsons sintetiza este processo, quando define o

*Surgimento de sistemas legais autônomos como o indicador mais importante de diferenciação entre o sistema integrativo societário, focalizado na comunidade societária, e o governo, que se interessa mais pela seleção, ordenação e realização dos objetos coletivos do que pela manutenção da solidariedade ( onde se inclui a ordem ) como tal ( Parsons, 1969:46 ).*

A inserção do bacharel em um processo político dominado pelo chefe local é definido desta forma por Uericochea: *De modo geral, o bacharel completou o processo de articulação e acomodação de interesses entre as ordens privada e nacional. Ordinariamente, era ele, ao nível nacional, o complemento do coronel ao nível local, cuja carreira ficava girando em torno da prefeitura* ( Uericochea, 1976:117 ). Já Schwartzman aponta o que chama de *um tipo de esquizofrenia política* como decorrência deste sistema, em que um liberalismo retórico podia ser expresso por elites intelectuais e de origem rural, e completa:

*O problema teórico desta visão das coisas é que ela tende a considerar a estrutura política nacional, como sendo algo praticamente insignificante. Não obstante, este sistema central foi capaz de manter a integridade territorial do país e dominar as tentativas de rebelião separatista que começaram a se manifestar logo após a independência. Mais ainda, ele foi capaz de manter, depois do período da Regência, um regime muito mais centralizado do que os esforços de autonomia local poderiam supor* ( Schwartzman, 1975:108 ).

A relação entre o político e o chefe local não foi isenta de tensões e ambiguidades. Graham descreve-a desta forma:

*A maioria dos deputados não chefiavam clientelas, embora pudessem ser parentes dos chefes locais. Quase por definição eram bacharéis em Direito. Sua educação e experiência urbana distanciava-os dos chefes rurais que controlavam os colégios eleitorais. O bacharel muitas*

*vezes manifestava seu desprezo por aqueles homens, tanto mais porque dependia deles para seu próprio sucesso ( Graham, 1997:207 ).*

Qualquer tensão existente entre o bacharel e o senhor rural deve, contudo ser matizada e colocada em seu devido contexto a partir da percepção da origem comum e dos interesses comuns a ambos. Poderia haver um sentimento de incompreensão do senhor rural frente aos modismos e hábitos urbanos peculiares ao bacharel, assim como poderia haver uma sensação de repulsa por parte deste perante o sertão inculto do qual ele se originava, mas terminava por prevalecer, majoritariamente, a percepção destas origens e interesses em comum, e o jovem político a receber passivamente as instruções de seu pai na Teoria do medalhão exposta por Machado de Assis é exemplar.

Rupturas radicais foram raras e contraditórias: Joaquim Nabuco, filho de senhores de engenho e abolicionista irredutível mas nostálgico das relações patriarcais e confessando sentir a saudade do escravo ( Nabuco, 1970:231 ), é também exemplar neste sentido. É correta, portanto, a conclusão a que chega Ventura ao relativizar qualquer antagonismo por acaso existente entre o bacharel e o patriarca, acentuando as limitações inerentes à crítica promovida pelo bacharel. Para ele *Apresentando-se desvinculado de qualquer classe social, o intelectual-bacharel se omite quanto aos agentes capazes de realizar as reformas pretendidas, como o fim do domínio político da oligarquia ( Ventura, 1991:123).*

A expansão da rede universitária, durante a República Velha, alterou estruturalmente esta relação, forçando a democratização do acesso à universidade. Segundo Cury *A partir da década de 1910 aumenta o número das escolas. Em 1916 formam-se 400 bacharéis por ano, e a primeira Universidade brasileira data do ano de 1920, no Rio de Janeiro ( Cury, 1981:137 ).* Com isto, é a inserção do bacharel na sociedade que se altera, e este passou, cada vez mais, de político a burocrata. Mesmo em relação às elites, os filhos bacharéis urbanizaram-se e burocratizaram-se progressivamente, tomando o rumo das capitais ou do Sul, e ingressando no serviço público e Luís, o frustrado burocrata filho de uma decadente elite rural, personagem central de Angústia, de Graciliano Ramos, exemplifica este processo. . Com isto, o bacharel passou a depender progressivamente de sua capacidade profissional e não apenas do status de sua posição.

Neste contexto, Dutra salienta um aspecto do papel exercido por Rui Barbosa nem sempre devidamente salientado: o caráter estritamente profissional de sua atuação, que serviu como estímulo à profissionalização do advogado, em contraponto ao diletantismo anterior. Nas palavras do autor

*Não admira a impressão de Rui Barbosa, de sua atuação, no meio e na cultura jurídica do Brasil. Atualizará a profissão de advogado pelo seu exercício em todos os sítios, trazendo-a em si, indescartável, para a tribuna parlamentar, para a tribuna jornalística. O político, o mais culto de seus pares, essa marca não apaga a do líder do Direito, a do jurista. Antes dele, ninguém exercera o seu mister dessa forma ( Dutra, 1992:95 ).*

Já em relação à República Velha, contudo, Leal ressalta a aliança entre o coronel e o bacharel como sucedânea da aliança entre este e o patriarca. Para ele *A maior difusão do ensino superior no Brasil espalhou, por toda parte médicos e advogados, cuja ilustração relativa, se reunida a qualidade de comando e educação, os habilita à chefia. Mas esses mesmos doutores, ou são parentes, ou afins, ou aliados dos coronéis ( Leal, 1975:22 ).* Os bacharéis integraram-se à ordem republicana como um apoio aos coronéis que precisavam adaptar-se às novas regras do jogo, legitimando seu poder perante um novo status legal. O poder passou a ser juridicamente legalizado em uma nova aliança que reeditava a aliança entre o pai fazendeiro e o filho doutor, característica do Império. Com isto, segundo Della Cava:

*A estes bacharéis da classe média, pelos serviços prestados aos coronéis, abriram-se as avenidas do poder, da preeminência pública e do sucesso, muito embora sua onipresença e ambição que caracterizaram a vida política do período republicano, da mesma forma que seu oportunismo e a sua corrupção, tenham levado os críticos, mais tarde, a encarar a decadência do republicanismo como sendo igual à “praga dos bacharéis” ( Cava, 1976:148 ).*

Os serviços prestados já não foram necessariamente de representação política. Mesmo mantendo sua aliança com as elites, o bacharel profissionalizou-se e estes serviços foram, cada vez mais, de ordem especificamente jurídica. O advogado foi útil para atender às demandas políticas do coronel, diferenciando-se, neste sentido, do tabelião, de origem mais recente e cujo poder já deriva mais especificamente do cargo ( Blondel, 1957:69 ).

O domínio político do bacharel, porém, manteve-se. Apenas o Rio Grande do Sul constituiu exceção à regra, não ocorrendo ali a predominância política dos bacharéis. Segundo Fontoura *Havia os chefes políticos do interior, os de maior relevo, os militares positivistas e muitos representantes das chamadas classes conservadoras, inclusive vários teuto-brasileiros. O Partido Republicano tratava de conquistar o apoio dos fazendeiros e do alto comércio* ( Fontoura, 1958:vol.I.43 ). E Rodrigues aponta a existência de um grupo paulista de bacharéis moderados e um grupo gaúcho de bacharéis radicais e influenciado pelo positivismo, mas alheio ao poder ( Rodrigues, 1982:119 ).

Assim como a busca pelo canudo de bacharel, o Exército significou um canal de ascensão social, mas uma ascensão possível às camadas populares excluídas da representação política monopolizada pelos bacharéis, o que transformou-se em fonte de tensões e ressentimentos. A partir de meados do século XIX, militares formados em academias militares, como Benjamin Constant, passaram a participar mais ativamente da política e a sentirem-se preteridos pela elite imperial e em posição inferior perante os bacharéis oriundos das Faculdades de Direito ( Schulz, 1994:39 ).

Segundo Freyre:

*Desde o império os títulos acadêmicos foram no Brasil meios de ascensão social que favoreceram particularmente os moços mestiços ou de origem modesta...Esse processo de valorização do homem de origem modesta ou de condição étnica socialmente inferior, pelo título acadêmico, acentuou-se com o advento da República; e não apenas das referidas Academias ou Escolas Militares* ( Freyre, 1959:vol.I.306 ).

Mais à frente, contudo, Freyre estratifica tais oportunidades, ao lembrar a insatisfação dos formandos das Escolas Militares com o fato da direção política do país ser uma responsabilidade *No exercício da qual vinham se especializando os bacharéis em Direito formados em escolas superiores de mais difícil acesso econômico para os brasileiros pobres que as militares* ( Freyre, 1959:vol.I.326 ).

A Proclamação foi uma consequência deste sentimento de exclusão. A intervenção militar na política, desdobrada na Proclamação, teve como um de seus fatores, a supremacia política do bacharel. Excluído de um processo político predominantemente civil- exclusão agravada pelas carências sentidas durante a Guerra do Paraguai e pela necessidade insatisfeita de estruturação institucional, pela Questão Militar tomada como um ultraje à instituição e pelo baixo status conferido ao militar enquanto ator social- o militar reagiu intervindo na política e rompendo a ordem institucional. Não foi um movimento efetivado a partir de um projeto, e sim a partir de uma insatisfação.

E sem haver um projeto que a sustentasse, a ação militar mostrou ter fôlego curto, extinguindo-se após a renúncia de Floriano Peixoto e deixando para trás apenas ressentimentos latentes e irresolvidos, a partir do momento em que os militares tiveram que assistir ao retorno do bacharel. Articulou-se uma ação militar eficaz, mas vista com desconfiança pelos civis. No momento de institucionalizá-la e conferir-lhe legitimidade, ou seja, estatuto legal, entraram em ação os bacharéis. Tal processo gerou a reação e o ressentimento militar encarnada no chamado jacobinismo florianista. Após a queda de Floriano Peixoto, em 1894, conforme o

jornal que representou tal jacobinismo *Venceu a plutocracia dos bacharéis do Congresso...De manhas bacharelescas estamos fartos! O que precisamos é de espada afiada* ( Queiroz, 1986:125 ). O bacharelismo foi visto, ainda, por membros do Exército, como contrário à própria identidade nacional. Ao criticar o bacharelismo, a revista A Defesa Nacional, editada por oficiais do Exército a partir de 1913, via nele um caráter nocivo à própria identidade nacional, já que o bacharelismo destruíra *Os pendores de energia e de caráter que nos vieram de herança da rude e heróica Lusitânia* ( Capella, 1988:169 ).

E nem o Exército esteve imune à crítica ao bacharelismo, com ele próprio sendo acusado de bacharelizar-se. Para Prado, escrevendo no início do século *Muitos dos oficiais brasileiros são apenas bacharéis de espada; eles prezam mais do que tudo as graduações do seu curso matemático, e o título de bacharel ou de doutor é por eles mesmos anteposto á designação das suas patentes* ( Prado, 1923:43 ).

A expressão bacharéis fardados foi corrente no período da proclamação ( Martins, 1996:vol.IV.313 ) indicando um tipo de militar de formação positivista e inclinado antes aos estudos que à ação especificamente militar. Foram estes militares que tiveram voz ativa no espaço de tempo que vai da Proclamação à queda de Floriano Peixoto, mas perderam espaço para os bacharéis propriamente ditos no período imediatamente posterior.

Nas palavras de Genovese *Uma das funções primordiais do Direito refere-se aos meios pelos quais o domínio do fuzil é sancionado pela ética* ( Genovese, 1988:48 ). A partir destas palavras, podemos buscar compreender tanto o papel dos bacharéis no momento da Proclamação com as críticas feitas a ele neste período. Republicanos radicais, como Silva Jardim, criticam os bacharéis, neste momento , por limitarem-se a aguardar prudentemente os acontecimentos ( Dornas Filho, 1936:54 ). Araripe Jr. critica-os, também, ao defini-los- ao contrário dos médicos e engenheiros- como contrários à boa nova, ou seja ao republicanismo. Isto porque

*Para conservarem a coerência, tinham, não só de abrir luta com o foro, mas também de renunciar às suas pretensões políticas; e como eles, de ordinário, pela natureza dos estudos, eram os que estavam mais à mão do governo e da imprensa, para discutir assuntos que se prendiam à legislação, por um motivo que é óbvio retardaram a sua colaboração em favor dos novos ideais* ( Araripe Jr.,1960:355 ).

Já os monarquistas criticaram os bacharéis precisamente por sua adesão ao novo regime e por terem funcionado como uma espécie de linha auxiliar dos militares na Proclamação da República. É, por exemplo, a crítica de Eduardo Prado, para quem *Os militares, que no dia 15 de novembro, necessitaram de alguns bacharéis com boa prosódia para reduzirem a escrita a revolução do quartel, não andaram mal, chamando, entre outros assessores, o senhor Rui Barbosa* ( Prado, 1923:24 ). Prado está, aqui, discutindo o papel político do intelectual na sociedade de seu tempo, e reconhecendo a importância deste papel. Discutir a inserção do intelectual na sociedade brasileira foi uma questão política e quem envolveu-se na discussão, ao criticar o bacharel, sabia disto. Como afirma Nisbet *A influência do intelectual político foi talvez mais difundida no século XX do que jamais o fora antes* ( Nisbet, 1982:128 ). Em Prado encontramos, por fim, o ressentimento monarquista contra o bacharel que terminou por exercer um papel fundamental também na República. Ele salienta, segundo Motta Filho, o caráter conservador do bacharel, preocupado, antes de tudo, em conter a transformação social, e define o bacharelismo como uma espécie de fonte de todos os males. Desta forma *O bacharelismo era, para ele, um mal que se alastrava como mosquito em corpo de animal doente. E o definia como um adestramento da inteligência fora da realidade, para justificar todos os absurdos. Viu, na história do país, o bacharelismo contaminar todas as atividades humanas* ( Motta Filho, 1967:158 ).

Rui Barbosa transformou-se, durante a República Velha, na figura emblemática do bacharel. Para seus críticos, Rui sintetizou o que Rodrigues chama de bacharelismo liberal, fortemente

marcado pelo apego às formas jurídicas e pelo gosto da retórica, crítico em relação às instituições tradicionais, mas acusado de alienar-se em relação aos problemas de sua época ( Rodrigues, 1982:104 ). E ao contrapor o que considera a sensibilidade de Joaquim Nabuco em relação à questão social à insensibilidade do bacharelismo excessivamente formalista e da *política bacharelescamente jurídica, só estritamente jurídica* é evidentemente de Rui, ou pelo menos da imagem que dele fizeram seus críticos, que Freyre está se referindo. E não apenas a ele: Freyre contrapõe Nabuco, em suma aos bacharéis *Pouco ou nada objetivos no trato social...vítimas do despreparo para o trato de matéria social ou sócio-econômica brasileira, comum aos mesmos bacharéis em Direito: à sua preponderante maioria* ( Freyre, 1983:35.8 ).

A crítica a Rui Barbosa contém as linhas mestras do antibacharelismo e Azevedo Amaral sintetiza-as ao contrapor Rui e Júlio de Castilhos. Para ele

*Rui Barbosa, com uma cultura fortemente impregnada do espírito jurídico e integrado pela sua formação intelectual nas idéias do democratismo anglo-saxônio, é a figura representativa das tendências liberais democráticas deslocadas da realidade nacional e existentes apenas no plano subjetivo de concepções doutrinárias apriorísticas e duramente teóricas. Júlio de Castilhos, a única figura verdadeiramente grande de estadista e pensador político surgida na fase inicial do ciclo republicano, é o expoente de um conceito realista dos problemas nacionais, e de uma organização estatal calcada não em abstrações e postulados puramente subjetivos, mas na apreciação objetiva das condições sociais e políticas do meio brasileiro* ( Amaral, 1941: 166 ).

Um defensor de Rui salienta, por outro lado que, longe de estar alheio aos problemas nacionais, ele buscou, ao empenhar-se em batalhas jurídicas, na defesa do indivíduo contra o Estado ( Delgado, 1945:109 ).

A defesa de Rui foi a defesa de um regime e de uma postura política marcada por um forte moralismo, pela estrita obediência às regras institucionais, mesmo quando elas distanciavam-se claramente da realidade e por uma certa desconfiança em relação à política partidária e à ação estatal ( os bacharéis simbolizam, na visão de seus críticos, uma sociedade desorganizada, amorfa e incapaz de gerar uma elite orgânica. No lugar desta sociedade e desta elite, estes críticos passam a tomar o Estado como seu interlocutor direto ). Elogiou-se Rui por ter, segundo seus apologistas, feito política sem imiscuir-se nas disputas próprias à arena política e por ter preferido apostar na sociedade civil a arriscar qualquer veleidade autoritária, mas, na perspectiva de seus críticos, ele preferiu o apego à lei ao apego à realidade.

O bacharel foi visto, comumente, como uma espécie de reserva moral a manter-se incólume perante as artimanhas da política partidária. É assim que o senador Melo Franco é descrito em sua atitude perante o Partido Republicano Mineiro e sua tarasca ( Franco, 1955:vol.I.95 ). E Afrânio de Melo Franco como *jurista de vocação, de convicção e de formação* confere à sua atividade política um caráter doutrinário e mantém distância das políticas partidárias: *Daí o seu horror aos bate-bocas parlamentares, o seu alheamento sistemático dos debates e combinações em que prevalecesse o caráter do jogo pessoal* (Franco, 1955:vol.I.123 ). Ele era, em suma *o jurista, o teórico, o intelectual sempre afastado do contato direto com o eleitor rural* ( Franco, 1955:vol.I.448 ).

Outra faceta da crítica ao legalismo associado à figura do bacharel é sintetizada por Farias Brito em seu Panfleto, publicado em 1916. Segundo ele *O nosso governo acredita poder conquistar a riqueza, não por ação, mas por leis. E por leis opressivas. Imagina talvez que pode transformar em ouro o sangue do povo...A terra aí está, e é só trabalhando-a e regando-a com o suor do seu rosto que o homem poderá alcançar a riqueza legítima e profunda* ( Serrano, 1939:253 ). Aqui, ele é criticado não por alhear-se da realidade, mas por tentar transformá-la não através da ação concreta, mas através de transformações jurídicas, o que seria, por outro lado, também uma forma de alheamento. Seria esta tentativa de transformação meramente jurídica, na perspectiva de seus críticos, o limite da ação política do bacharel. Desta forma, ao definir o presidente típico da República Velha como sendo, em sua maioria

*apenas um excelente e honrado bacharel*, Vianna desqualifica-o para o exercício do cargo ( Vianna, 1939:106 ).

O esforço inútil do bacharel em tentar construir uma nação a partir de sua estrutura jurídica é visto como o esforço inútil de nosso liberalismo e o sinal mais eloquente de sua falência: uma falência inevitável, na medida em que, neste esforço, o liberalismo ignora o determinismo histórico da realidade social que pretende regulamentar. Em outros contextos, ainda, foi esta a causa evocada pelos antiliberais. Analisando a crítica ao liberalismo efetuada na Itália no início do século XX, por exemplo, Bellamy acentua ter sido dominante a constatação das lacunas entre a Itália “legal” e a Itália “real”, governantes e governados, Norte e Sul ( Bellamy, 1994: 198 ). Enfim, para Duarte

*O nosso jurismo como o amor á concepções doutrinárias com que modelamos nossas constituições e procuramos seguir as formas políticas adotadas, são bem a demonstração do esforço por construir com a lei, antes dos fatos, uma ordem política e uma vida pública que os costumes, a tradição e os antecedentes históricos não formaram, nem tiveram tempo de sedimentar e cristalizar* ( Duarte, 1939: 221 ).

Na crítica ao bacharel, fundamenta-se, também, a percepção de um obstáculo ao processo de racionalização que fundamenta o desenvolvimento capitalista, uma crítica que enquadra-se na análise weberiana, segundo a qual a existência de uma justiça independente de individualizações e arbitrariedades materiais é uma das condições políticas do capitalismo ( Weber, 1987:387 ).

A defesa do bacharel, por outro lado, ressalta seu aspecto civilizador e a erudição de Rui torna-se lendária. Tanto quanto uma reserva moral, o bacharel é visto como uma reserva cultural. Na discussão sobre o papel desempenhado pelo bacharel no período, temos a defesa deste feita por Washington Vita, para quem o bacharel assumiu uma posição especulativa e de assimilação em relação às doutrinas importadas, o que permitiu colocarmo-nos em sintonia com as tendências do pensamento mundial, combatendo, ainda, a ortodoxia predominante ( Vita, 1965:14 ).

Carone, por sua vez, identifica nas Faculdades de Direito centros formadores de interesses nacionais e, no bacharel, o disseminador, se não destes interesses, pelo menos de sua noção. Isto porque *A formação comum é, em parte, responsável pela idéia de uma pátria brasileira, pois as faculdades são centros onde se reúnem elementos de todos os Estados, para aí receberem ensinamentos comuns, que são posteriormente disseminados* ( Carone, 1970:155 ).

Mas é exatamente como um intelectual a acumular uma erudição estéril e alheia à realidade que o bacharel é descrito por seus críticos. A ascensão do bacharel coincide com o início do reinado de Pedro II e Freyre define seu reinado como o “reinado dos bacharéis” embora tal reinado tenha se iniciado de fato, segundo ele, no século anterior. Tal ascensão significou uma perda de contato entre as elites e a realidade: *A ascensão do bacharel ou doutor-mulato ou não- afrancesado trouxe para a realidade brasileira muita fuga da realidade através de leis quase freudianas nas suas raízes ou nos seus verdadeiros motivos. Leis copiadas das francesas e inglesas e em oposição às portuguesas: revoltas dos filhos contra os pais* ( Freyre, 1977:vol.III.963 ). Nos anos 60, finalmente, Freyre acentua o que chama de *excessivo bacharelismo* como característica fundamental da cultura luso-brasileira, supervalorizando o talento para a Retórica e a Oratória em detrimento da Mecânica ( Freyre, 1967:vol.I.156 ). E, no mesmo diapasão, Paulo Barreto ressalta um aspecto fundamental da crítica ao bacharel ao definir o Brasil, em 1917, como *uma nação de abandonados em que uma parte mínima é bacharel, toma o governo, o emprego público, verseja, é extraordinariamente culta numa profunda miséria* ( Martins, 1996:vol.VI.82 ).

O intelectual brasileiro é definido por Vianna como *Um homem que é para o meio nacional em que vive, para as ambiências regionais que o cercam, para o grupo social de que é molécula integrante, tão insensível e refratário como os cegos de nascença para os aspectos da natureza que os envolve...No Brasil, cultura significa expatriação intelectual* ( Vianna, 1942:111 ). Esta é uma crítica, enfim, na qual estão de acordo autoritários e maximalistas, como se dizia

então, Oliveira Vianna e Lima Barreto. Este, ao descrever o fictício reino dos bruzundangas, em tudo semelhante ao Brasil, descreve intelectuais a tentarem copiar a imaginária nação dos salmoiedas, nórdica e superior.

A crítica ao bacharel derivou para uma perspectiva crítica da educação, confundiu-se com a crítica ao sistema educacional que o produz, e visou a reforma deste para a eliminação daquele. Desta forma, por exemplo, em manifesto lançado pelos revoltosos paulistas de 1924, proclama-se a necessidade de reforma dos métodos de educação pública

*Abolindo o atual conceito que tem como meta de nosso ensino primário o aprendizado da leitura e escrita e substituindo-o pela noção de que, à escola primária compete, pelo ensino objetivo, a formação do caráter e da mentalidade do jovem brasileiro, acabando de vez com esse malfadado ensino livresco que tem gerado, entre nós, essa classe inútil e improdutivo por sua verbiagem, que o nosso povo denomina bacharelesca* ( Forjaz, 1977:67 ).

O sistema educacional que gerou o bacharelismo foi visto com um instrumento de corrupção de certa autenticidade própria do meio rural. A dicotomia entre um Brasil sertanejo “real” e um Brasil urbano bacharelesco, elitizado e postigo é fundamental em Vianna ( Medeiros, 1978:159 ) e é a partir dela que ele aponta o efeito corruptor das academias sob os estudantes provenientes do meio rural: ali, eles foram contaminados pelo idealismo e *Formados, retornavam aos seus lares, à sua província ou à sua aldeia natal- e eram ali, outros tantos focos irradiantes do velho idealismo utópico, aprendido nas academias, de onde haviam saído* ( Vianna, 1939:30 ). E a própria missão civilizadora que seria específica da prática pedagógica e da qual Euclides da Cunha, por exemplo- crítico feroz dos programas das Faculdades de Direito, realçando *toda essa insciência togada, toda essa gabolice de bola e capelo* ( Andrade, 1960:57 )- foi apologista fica comprometida. Assim é que Araripe Jr. define a educação como um ato de redenção e cita o exemplo de Tolstoi, mas lamenta o alheamento de nossos educadores em relação à nossa realidade e sua despreocupação em conhecer a nossa índole ( Araripe Jr.,1963:517 ).

A solução para este quadro seria a adoção de um ensino eminentemente técnico, o que seria a orientação predominante após 1930. Mas, mesmo antes, como lembra Fonseca, Vargas *Propugnava a primazia da Ciência e da técnica sobre a política, e da administração e da economia sobre o direito e a filosofia* ( Fonseca, 1987:244 ). A defesa do ensino técnico, tal como feita nos anos trinta não foi, contudo, apenas técnica: foi também ideológica e derivou do antibacharelismo. Defendendo-se o ensino técnico, estava-se defendendo o predomínio da técnica sobre a política e a preponderância de um regime corporativo sobre a política partidária que passou a ser associada ao domínio dos bacharéis e a todos os vícios decorrentes deste domínio.

Desta forma, a crítica ao bacharel incluída na mensagem que Vargas envia à Assembléia Constituinte, em 1933, incorpora e exprime o sentido geral desta crítica, dando à ela um caráter corporativo. Para Vargas *O doutorismo e bacharelismo instituíram uma espécie de casta privilegiada, única que se julga com direito ao exercício das funções públicas, relegando, para segundo plano, a dos agricultores, industriais e comerciantes, todos enfim que vivem do trabalho e fazem viver o país* ( Bonavides & Amaral, 1996:Vol.4.507 ). A crítica ao bacharel feita por Vargas está, contudo, em flagrante contradição com a própria composição política do regime por ele liderado, já que, ao analisar a elite política do período, Love acentua que *O grupo de bacharéis caiu de 80% na Primeira República para 68% sob Vargas, mas esse fato evidencia que o treinamento tradicional para a liderança política ainda era responsável pela formação da maioria dos próceres após 1930* ( Love, 1983:59 ).

A instrução clássica, associada ao bacharel, não é mais vista como suficiente, talvez nem necessária, em um regime corporativo. Para Francisco Campos *A instrução clássica, por mais útil que seja, não pode assumir sozinha as responsabilidades que incumbem à inteligência nos destinos da nação. A nação não é, com efeito, apenas ordem jurídica e moral, função da autoridade ou de governo; é também, e hoje antes de tudo, uma usina e um mercado* ( Campos, s.d.:85 ).

Em um homem de formação clássica e jurídica, como Campos, tal afirmativa pode parecer surpreendente, mas nele funde-se de maneira exemplar e torna-se característica fundamental de seu pensamento político, como lembra Medeiros, o conservadorismo e a aspiração de modernização intelectual ( Medeiros, 1978:12 ).

Estas características lembradas por Medeiros estruturam a própria Revolução de Trinta e ajudam a explicar como sua ideologia absorveu e ao mesmo tempo foi moldada pelo antibacharelismo. Temos nela uma inegável ânsia de renovação em diversas instâncias, mas não de revolução. A renovação implicaria, como de fato implicou, em uma ruptura radical com o regime anterior e com seus símbolos, um dos quais e, talvez o mais expressivo, o bacharel e, daí, a elevação do antibacharelismo à uma espécie de ideologia oficial celebrada tanto por Vargas quanto por seus apologistas. Por outro lado, a revolução implicaria em um rompimento definitivo com o domínio político dos bacharéis, mas como a revolução não estava nos horizontes de nenhum líder político, isto não foi feito, e um bacharel conservador como Francisco Campos pôde tornar-se figura proeminente do novo regime.

O autoritarismo pretendeu-se antibacharelesco - não foi à toa que a Faculdade de Direito de São Paulo transformou-se em foco de oposição ao Estado Novo ( Capellato, 1998:133) - e, a partir desta antinomia, foi feito seu elogio. Tal distinção tornou-se objeto da apologia de Freyre, para quem

*Bem ou mal, o governo do Brasil já não é um governo de bacharéis impregnados de legismo e de financismo. Abriram-se perspectivas mais largas aos administradores...Nenhum bacharel menos bacharelesco do que Getúlio Vargas. Nenhum inclinou-se tanto às soluções sociológicas e econômicas dos problemas, dos quais alguns tem visto e sentido de perto( Freyre, 1943:104 ).*

O elogio de Vargas feito por Freyre toca em um ponto fundamental que é a tentativa de superação, em termos acadêmicos, do diletantismo que marcou, durante longo tempo, a formação do bacharel. Costa Pinto vê no surgimento das Ciências Sociais no Brasil uma reação ao bacharelismo, a partir da formação de *Pessoas habilitadas a pensar de modo científico, e não somente formal e normativo, sobre a realidade brasileira* ( Pinto, s.d.:29 ). E não foi uma reação meramente acadêmica: Nunes define as obras mestras de Caio Prado Jr., Sérgio Buarque e Gilberto Freyre publicadas nos anos 30 como *Um feliz desvio ao pendor para as generalidades da mentalidade bacharelesca* ( Nunes, 1998:237 ). A estruturação do campo intelectual brasileiro através do desenvolvimento do setor universitário teve, portanto, como um de seus objetivos, como lembra Vilhena, substituir o poligrafismo do bacharel envolvido em inúmeras atividades alheias à sua profissão por um maior rigor e especialização profissional ( Vilhena, 1997:128 ).

A crítica ao bacharel teve, finalmente, uma vertente aristocrática e uma vertente popular. Freyre simboliza a primeira ao confessar, nos anos vinte, sua repulsa natural aos advogados, classificando as atividades destes como *mental e moralmente inferior, buscando julgar as coisas a partir de preceitos e fórmulas* e não a partir do que ele chama de *seu valor íntimo* ( Freyre, 1964:12 ). Já a crítica popular, de origem colonial, como vimos, traduz-se em uma certa suspeita perante o advogado, visto como um profissional de comportamento ambíguo. Wright Mills expressou esta ambiguidade existente na imagem popular do advogado: *Eles são pessoas honradas, mas astuciosas* ( Mills, 1976:139 ).

O antibacharelismo não foi, portanto, apenas uma crítica feita por intelectuais; teve, também, cunho e origem popular. Referindo-se aos advogados na segunda metade do século XIX, Resende define-os como *Uns homens que tinham tanto de poucas letras quanto tinham de muitas tretas; eram geralmente olhados com muitos maus olhos* (Resende, 1944:59 ).

Um anti bacharelismo popular, enfim, expresso na quadrinha

*Quando Deus voltou ao mundo,  
Para punir os infiéis,  
Ao Egito deu gafanhotos,*

Ao Brasil deu bacharéis ( Boson, 1976/1980:54 ).

Este antibacharelismo popular foi expresso também por intelectuais. Um outsider como Lima Barreto exprimiu, em seu sentimento de exclusão, o ressentimento de setores majoritários da população, especialmente de uma intelectualidade proletarizada da qual ele foi o melhor representante perante a impossibilidade em participar de um jogo político, social e cultural no qual os bacharéis detinham as melhores posições. Reage à aura que cerca o bacharel com uma tentativa de desmistificação e, em carta de 1917, anuncia: *Se a minha modesta pessoa deseja conseguir alguma coisa, é retirar do “doutor” o halo de aristocracia, de sujeito digno de executar tudo, melhor que os outros, mesmo aquilo que seja inteiramente diferente da profissão que lhe marca o diploma* (Barreto, 1956:vol.II.23).

Já Mário de Andrade expressa um sentimento de descrença também arraigadamente popular perante a verborragia bacharelesca. Em carta de 1942, Mário critica os estudantes de Direito por sua verborragia e lamenta: *O que me horroriza é a mentalidade desses estudantes de Direito...Esses desgraçados estão completamente desmoralizados no mais absurdo verbalismo, falar, falar, falar, se inebriar com palavras, com as belezas (horrorosas) das frases sonoras, dos lugares comuns tanto verbais como, o que é mil vezes pior, intelectuais* ( Duarte, 1977:235 ).

No final dos anos 50, finalmente, o declínio do bacharel seria constatado e lamentado: *Diz-se que foi um progresso termo-nos livrado do bacharel. Achamos, porém, que foi um erro. Nunca se precisou tanto da elite jurídica do país...Na política destes tempos, o bacharel é figura subalterna, em declínio. Exalta-se o técnico, o produtor, o militar* ( Bonavides, 1959:99 ). Temos, aqui, um exemplo eloquente de que o debate ainda não havia sido encerrado.

## **BIBLIOGRAFIA**

ADORNO, Sérgio ( 1988 )- *Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira*- Rio de Janeiro- Paz e Terra

ALENCASTRO, Luiz Felipe de ( 1989 )- *Memórias da Balaiada: introdução ao relato de Gonçalves de Magalhães in* Novos Estudos CEBRAP. Num.23- São Paulo- CEBRAP

**AMARAL, Luis ( 1939 )- *História geral da Agricultura brasileira*- São Paulo- Nacional**

**AMARAL, Azevedo ( 1941 )- *Evolução da política republicana in* Cultura Política- Ano I- Num.3- Rio de Janeiro**

ANDRADE, Olímpio de Sousa ( 1960 )- *História e interpretação de Os Sertões*- São Paulo- EDART

ARARIPE JR. ( 1963 )- *Obra Crítica. Vol. 3*- Rio de Janeiro- Casa de Rui Barbosa

\_\_\_\_\_ ( 1960 )- *Obra Crítica. Vol. 2*- Rio de Janeiro- Casa de Rui Barbosa

ARROYO, Leonardo ( 1966 )- *Igrejas de São Paulo: introdução ao estudo dos templos mais característicos de São Paulo nas suas relações com a crônica da cidade*- São Paulo- Nacional

ASSIS, Machado de ( 1959 )- *Iaiá Garcia in* Coutinho, Afrânio ( Org. )- *Obras completas* – Rio de Janeiro- Aguilar

AZEVEDO, Fernando de ( 1963 )- *A cultura brasileira*- Brasília- Editora Universidade de Brasília

AZEVEDO, Thales de ( 1955 )- *Povoamento da cidade de Salvador*- São Paulo- Nacional

BARRETO, Lima ( 1956 )- *Correspondência*- São Paulo- Brasiliense

BELLAMY, Richard ( 1994 )- *Liberalismo e sociedade moderna*- São Paulo- Editora da UNESP

BIARD, F. ( 1945 )- *Dois anos no Brasil*- São Paulo- Nacional

BLONDEL, Jean ( 1957 )- *As condições da vida política no Estado da Paraíba*- Rio de Janeiro- Fundação Getúlio Vargas

BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto ( 1996 )- *Textos políticos da História do Brasil*- Brasília- Senado Federal/Subsecretaria de Edições Técnicas- 1996

BONAVIDES, Paulo ( 1959 )- *Fatores econômicos na crise político-partidária, depois da Revolução de 1930 in* Revista Brasileira de Estudos Políticos- Vol.3.Num.6- Belo Horizonte- UFMG

BORGES, Maria Urquiza ( 1995 )- *A cidade de São Paulo ( meados do século XIX )* in História- Num.17- São Paulo- UNESP

BOSON, Gerson de Brito Melo ( 1976/1980 )- *A influência dos cursos jurídicos na cultura mineira* in Anuário do Museu Imperial.Vol.37/41- Museu Imperial- Petrópolis

BRUNO, Ernani da Silva ( 1954 )- *História e tradições da cidade de São Paulo*- Rio de Janeiro- José Olympio

CALDEIRA FILHO ( 1974 )- ...“*De três raças tristes*”? in Revista Brasileira de Cultura- Num.19- Rio de Janeiro- Conselho Federal de Cultura

CAMPOS, Francisco ( s.d. )- *O Estado Nacional e outros ensaios*- Brasília- Câmara dos Deputados

CANABRAVA, Alice P. ( 1971 )- *A grande lavoura* in HOLANDA, Sérgio Buarque- *História geral da civilização brasileira. Tomo II. Vol. IV*- São Paulo- DIFEL

CAPELATO, Maria Helena R. ( 1998 )- *Multidões em cena: propaganda e política no varguismo e no peronismo*- São Paulo- Papyrus/FAPESP- São Paulo

CAPELLA, Leila Maria Correa ( 1988 )- *Militares e organização nacional: os “Jovens Turcos”* in Ciências Sociais Hoje- São Paulo- Vértice/ANPOCS

CARONE, Edgar ( 1970 )- *A República Velha ( instituições e classes sociais )*- São Paulo- DIFEL

CARRATO, José Ferreira ( 1968 )- *Igreja, iluminismo e escolas mineiras ( notas sobre a cultura da decadência mineira setecentista )*- São Paulo- Nacional

CARVALHO, José Murilo de ( 1981 )- *A construção da ordem: a elite política imperial*- Brasília- EDUNB

CAVA, Ralph Della ( 1976 )- *Milagre em Joazeiro*- Rio de Janeiro- Paz e Terra

CHAVES NETO, Elias ( 1977 )- *Minha vida e as lutas de meu tempo*- São Paulo- Alfa- Omega

**CRIAÇÃO DOS CURSOS JURÍDICOS NO BRASIL ( 1977 )**- Brasília/Rio de Janeiro- Câmara dos Deputados/Fundação Casa de Rui Barbosa

CURY, Maria Zilda Ferreira ( 1981 )- *Um mulato no Reino do Janbom: as classes sociais na obra de Lima Barreto*- São Paulo- Cortez

DEBES, Célio ( 1978 )- *Campos Salles: perfil de um estadista*- Rio de Janeiro/Brasília- Francisco Alves/INL/MEC

DELGADO, Luis ( 1945 )- *Rui Barbosa ( tentativa de compreensão e síntese )*- Rio de Janeiro- José Olympio

DIÁRIO DA NAVEGAÇÃO DE PERO LOPES DE SOUZA:1530-1532 ( 1940 )- Rio de Janeiro- Edição da Comissão Brasileira dos Centenários Portugueses de 1940

DORNAS FILHO, João ( 1936 )- *Silva Jardim*- São Paulo- Nacional

DUARTE, Paulo ( 1977 )- *Mário de Andrade por ele mesmo*- São Paulo- HUCITEC/Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo

DUARTE, Nestor ( 1939 )- *A ordem privada e a organização política nacional ( contribuição à sociologia política brasileira )*- São Paulo- Nacional

DUTRA, Pedro ( 1993 )- *Literatura jurídica no Império*- Rio de Janeiro- Top Books

FERREIRA, Maria Nazareth ( 1978 )- *A imprensa operária no Brasil: 1880-1920*- Petrópolis- Vozes

FERREIRA FILHO, Manuel Gonçalves ( 1976/1980 )- *A criação dos cursos jurídicos em São Paulo* in Anuário do Museu Imperial.Vol.37/41- Museu Imperial- Petrópolis

FONTOURA, João Neves da ( 1958 )- *Memórias*- Porto Alegre- Globo

FORJAZ, Maria Cecília Spin ( 1977 )- *Tenentismo e política*- Rio de Janeiro- Paz e Terra

**FONSECA, Pedro Cezar Dutra ( 1987 )- Vargas: o capitalismo em construção- São Paulo- Brasiliense**

FRANCO, Afonso Arinos de Melo ( 1955 )- *Um estadista no Império ( Afrânio de Melo Franco e seu tempo )*- Rio de Janeiro- José Olympio

( 1973 )- *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo*- Rio de Janeiro- José Olympio

FREYRE, Gilberto ( 1943 )- *A propósito do Presidente* in O pensamento político do presidente: separata de artigos e editoriais dos primeiros 25 números da Revista “Cultura Política” comemorativa do 60<sup>a</sup> aniversário do Presidente Getúlio Vargas- Rio de Janeiro

- \_\_\_\_\_ ( 1944 )- *Olinda:2ª guia prático histórico e sentimental de cidade brasileira*- Rio de Janeiro- José Olympio
- \_\_\_\_\_ ( 1959 )- *Ordem e progresso*- Rio de Janeiro- José Olympio
- \_\_\_\_\_ ( 1964 )- *Retalhos de jornais velhos*- Rio de Janeiro- José Olympio
- \_\_\_\_\_ ( 1967 )- *Sociologia*- Rio de Janeiro- José Olympio
- \_\_\_\_\_ ( 1977 )- *Sobrados e mucambos*- Rio de Janeiro- José Olympio
- \_\_\_\_\_ ( 1983 )- Introdução in NABUCO, Joaquim- *Perfis parlamentares*- Brasília- Câmara dos Deputados
- GEBARA, Ademir ( 1982 )- *A imprensa republicana: um estudo de caso in Anais do Museu Paulista*- Tomo XXXI- São Paulo- USP – 1982
- GENOVESE, Eugene D. ( 1988 )- *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*- Rio de Janeiro- Paz e Terra
- GAMA, Pe. Lopes ( 1996 )- *O carapuceiro: crônica de costumes*- São Paulo- Companhia das Letras
- GARCIA, Rodolfo ( 1956 )- *Ensaio sobre a História política e administrativa do Brasil*- Rio de Janeiro- José Olympio
- GRAHAM, Richard ( 1997 )- *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*- Rio de Janeiro- UFRJ
- GUERRA, Flávio ( 1976/1980 )- *O curso jurídico de Olinda dentro de um conceito histórico in Anuário do Museu Imperial.Vol.37/41*- Museu Imperial- Petrópolis
- HOBBSAWN, ERIC ( 1977 )- *A era do capital ( 1848-1875 )*- Rio de Janeiro- Paz e Terra
- HOLANDA, Sérgio Buarque ( 1983 )- *Da monarquia ao Império in HOLANDA, Sérgio Buarque- História geral da civilização brasileira Tomo II. Vol. V*- São Paulo- DIFEL
- INÁCIO, Inês C. & LUCA, Tânia Resende de ( 1993 )- *Documentos do Brasil colonial*- São Paulo- Ática
- KIDDER, D.P.&FLETCHER, J.C. ( 1941 )- *O Brasil e os brasileiros*- São Paulo- Nacional- 1941
- KOSERITZ, Carl von ( 1972 )- *Imagens do Brasil*- São Paulo- Martins/EDUSP
- KOSTER, Henry ( 1942 )- *Viagem ao Nordeste do Brasil*- São Paulo- Nacional
- LEAL, Victor Nunes ( 1975 )- *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*- São Paulo- Alfa-Ômega
- LECLERC, Max ( 1942 )- *Cartas do Brasil*-São Paulo- Nacional
- LEITE, Beatriz Westin de Cerqueira ( 1977 )- *Zacarias de Goes e Vasconcelos: o professor dos cursos jurídicos de Olinda in Estudos Históricos. Num.16*- Marília- UNESP
- LEVINE, Robert M. ( 1980 )- *A velha usina: Pernambuco na federação brasileira*- Rio de Janeiro- Paz e Terra
- LIMA, Manoel de Oliveira ( 1972 )- *O movimento da Independência: 1821-1822*- São Paulo- Melhoramentos/Conselho Estadual de Cultura
- LISBOA, João Francisco ( 1995 )- *Jornal de Timon* ( Org. José Murilo de Carvalho )- São Paulo- Companhia das Letras
- LOVE, Joseph ( 1983 )- *Um segmento da elite política em perspectiva comparativa in A REVOLUÇÃO DE TRINTA: seminário internacional*- Brasília/EDUNB
- LYRA, Heitor ( 1939 )- *História de D. Pedro II. Vol. II: fastígio ( 1870-1880 )*- São Paulo- Nacional
- MARTINS, Wilson ( 1996 )- *História da inteligência brasileira*- São Paulo- T.A. Queiroz, Editor
- MARTINS, Luciano ( 1987 )- *A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil in Revista Brasileira de Ciências Sociais. Num.4*- São Paulo- ANPOCS
- MATTOS, Ilmar Rohloff de ( 1994 )- *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*- Rio de Janeiro- Access
- MEDEIROS, Jarbas ( 1978 )- *Ideologia autoritária no Brasil: 1930-1945*- Rio de Janeiro- Editora da Fundação Getúlio Vargas
- MERCADANTE, Paulo- *Os sertões do leste: estudo de uma região: a Mata Mineira*- Rio de Janeiro- Zahar- 1973
- MILLS, C. Wright ( 1976 )- *A nova classe média*- Rio de Janeiro- Zahar
- MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa ( 1972 )- *Evolução do catolicismo no Brasil*- Petrópolis- Vozes
- MORSE, Richard M. ( 1970 )- *Formação histórica de São Paulo*- São Paulo- DIFEL
- MOTTA FILHO, Cândido ( 1967 )- *A vida de Eduardo Prado*- Rio de Janeiro- José Olympio

NABUCO, Joaquim ( 1970 )- *Minha formação*- Rio de Janeiro- W.M.Jackson Inc.

**NISBET, Robert ( 1982 )- *Os filósofos sociais*- Brasília- EDUNB**

NOGUEIRA, Alcântara ( 1980 )- *Conceito ideológico do Direito na Escola do Recife*- Fortaleza- Banco do Nordeste do Brasil S.A.

NUNES, Benedito ( 1998 )- *Crivo de papel*- São Paulo- Ática

PARSONS, Talcott ( 1969 )- *Sociedades: perspectivas evolutivas e comparativas*- São Paulo- Pioneira

PINHO, Wanderley ( 1937 )- *Cotegipe e seu tempo*- São Paulo- Nacional

PINTO, Costa ( s.d. )- *As Ciências sociais no Brasil*- Rio de Janeiro- CAPES

PRADO, Eduardo ( 1923 )- *Fastos da ditadura militar no Brasil*- São Paulo- Livraria Magalhães

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de ( 1976 )- *O mandonismo local e a vida política no Brasil e outros ensaios*- São Paulo- Alfa-Ômega

QUEIROZ, Suely Robles Reis de Queiroz ( 1986 )- *Os radicais da República*- São Paulo- Brasiliense

READERS, George- *D. Pedro II e o Conde de Gobineau*- São Paulo- Nacional- 1938

REIS, Arthur Cezar Ferreira ( 1948 )- *A formação espiritual da Amazônia in Cultura*. Ano I. Vol. I- Rio de Janeiro- Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde

RESENDE, Francisco de Paula Ferreira ( 1944 )- *Minhas recordações*- Rio de Janeiro- José Olympio

RODRIGUES, Ricardo Vélez ( 1982 )- *Rui Barbosa e o bacharelismo liberal in CURSO DE INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO*- Unidades III e IV- Brasília- EDUNB- 1982

SALVADOR, José Gonçalves ( 1976 )- *Os cristãos-novos: povoamento e conquista do solo brasileiro ( 1530-1680 )*- São Paulo- Pioneira/EDUSP

SCHULZ, John ( 1994 )- *O exército na política: origens da intervenção militar ( 1850-1894 )*- São Paulo- EDUSP

SCWHARCZ, Lilia Moritz- *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*- São Paulo- Companhia das Letras- 1995

SCHWARTZ, Stuart B. ( 1979 )- *Burocracia e sociedade no Brasil colonial. A suprema Corte da Bahia e seus juizes: 1609-1751*- São Paulo- Perspectiva

SCWHARTZMAN, Simon ( 1983 )- *São Paulo e o Estado Nacional*- São Paulo- DIFEL

SCARANO, Julita ( 1975 )- *Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*- São Paulo- Nacional

SERRANO, Jonathas ( 1939 )- *Farias Brito: o homem e a obra*- São Paulo- Nacional

SEVCENKO, Nicolau ( 1993 )- *Transformações da cultura e advento da linguagem modernista no Brasil in Estudos Históricos*. N.11- Rio de Janeiro- Editora da Fundação Getúlio Vargas

**SIMONSEN, Roberto ( 1944 )- *História econômica do Brasil ( 1500-1820)*- São Paulo- Nacional**

SOARES JÚNIOR, Rodrigo ( 1958 )- *Jorge Tibiriçá e sua época*- São Paulo- Nacional

SPIX, J.B. von & MARTIUS, C.F.P. von ( 1938 )- *Viagem pelo Brasil*- Rio de Janeiro- Imprensa Nacional

SOBRINHO, Barbosa Lima ( Org. ) ( 1977 )- *Antologia do Correio Brasiliense*- Rio de Janeiro/Brasília- Cátedra/INL

SOUSA, José Antonio Soares de ( 1944 )- *A vida do Visconde de Uruguai ( 1807-1866 )*- São Paulo- Nacional

SOUZA, Octávio Tarquínio ( 1937 )- *Bernardo Pereira de Vasconcelos e seu tempo*- Rio de Janeiro- José Olympio

TAUNAY, Affonso de E. ( 1931 )- *Historia da villa de São Paulo no século XVIII in Annaes do Museu Paulista*- Tomo V- São Paulo- Imprensa Oficial

UERICOECHEA, Fernando ( 1976 )- *O minotauro imperial*- São Paulo- DIFEL

VENÂNCIO FILHO, Alberto ( 1976/1980 )- *A criação dos cursos jurídicos no Brasil in Anuário do Museu Imperial.Vol.37/41- Museu Imperial- Petrópolis*  
\_\_\_\_\_ ( 1982 )- *Das arcadas ao bacharelismo ( 150 anos de ensino jurídico no Brasil )*- São Paulo- Perspectiva  
VENTURA, Roberto ( 1991 )- *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil*- São Paulo- Companhia das Letras  
VIANNA, Oliveira ( 1939 )- *O idealismo da constituição*- São Paulo- Nacional  
\_\_\_\_\_ ( 1942 )- *Pequenos estudos de psychologia social*- São Paulo- Nacional  
VILHENA, Luis Rodolfo ( 1997 )- *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro ( 1947-1964 )*- Rio de Janeiro- FUNARTE/Fundação Getúlio Vargas  
VITA, Washington ( 1965 )- *Alberto Salles, ideólogo da República*- São Paulo- Nacional  
WEBER, Max ( 1987 )- *Sociologia de la religión I*- Taurus Ediciones- Madrid- 1987  
WOLF, Ferdinand ( 1955 )- *O Brasil literário ( História da literatura brasileira )*- São Paulo- Nacional  
ZALUAR, Augusto Emílio ( 1953 )- *Peregrinação pela província de São Paulo ( 1860-1861 )*- São Paulo- Martins